



**Pedro Fauth Manhães Miranda
(Organizador)**

**As Ciências Jurídicas e a Regulação
das Relações Sociais**

Atena
Editora
Ano 2019



**Pedro Fauth Manhães Miranda
(Organizador)**

**As Ciências Jurídicas e a Regulação
das Relações Sociais**

Atena
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobob – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	As ciências jurídicas e a regulação das relações sociais [recurso eletrônico] / Organizador Pedro Fauth Manhães Miranda. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-858-8 DOI 10.22533/at.ed.588191912 1. Direito – Brasil. 2. Direito – Filosofia. I. Miranda, Pedro Fauth Manhães. CDD 340
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

No atual estágio da História, as ciências jurídicas e as relações sociais estão profundamente conectadas, ainda que nem sempre tenha sido assim. No período pré-moderno, quando o Direito ainda não havia atingido o *status* científico – e seria, portanto, inadequado, senão impossível, falar em ciência jurídica –, as relações sociais eram ditadas pelos costumes e pela tradição, dotando de caráter vinculante a honra na palavra dada.

Atualmente, porém, o acordo verbal já não é suficiente para “fazer lei” entre as partes, de modo que a maioria das condutas humanas é regulada pelo Direito, fazendo surgir as ciências jurídicas. Mas nem todas as condutas são juridicamente tuteladas, vale ressaltar. Poder-se-ia pensar que o Direito se volta aos bens jurídicos mais importantes, dentre os quais a vida é o básico. Então, por que o suicídio não é punível, enquanto o homicídio, sim? E por que o aborto se encontra em um limiar de difícil consenso, legalizado em alguns países e criminalizado noutros? Porque a resposta não se encontra apenas no bem tutelado, mas também se a conduta humana compõe uma relação social, ou seja, se é direcionada a outrem. Os ordenamentos que permitem o aborto não consideram o feto sujeito de direitos e, portanto, a gravidez não configura relação social, o que é diametralmente oposto – tanto em causa, como em consequência – aos Estados que o criminalizam. Assim, no rol protetivo do Estado, somam-se aos direitos individuais, de 1ª dimensão, os sociais, de 2ª.

Por outro lado, na atual fase da sociedade (de risco, pós-moderna, líquida, de informação, pós-industrial, enfim, qualquer que seja a denominação escolhida), o Direito se complexificou para além das relações sociais, passando a tutelar bens jurídicos difusos, de 3ª dimensão, como o meio-ambiente. Contudo, estes se tornaram objetos jurídicos apenas por terem correlação direta com a vida humana, o que demonstra a intervenção regulatória das ciências jurídicas. A normalização que o Direito promove sobre a realidade é, neste sentido, positiva para alguns doutrinadores e, para outros, um mal necessário (considerando não serem tais pensadores anarquistas).

Tarefa impossível de ser plenamente atingida e, ao mesmo tempo, fundamental para a pacificação, mesmo que relativa, de qualquer sociedade, a normalização juridicamente forçada é dotada de uma ambiguidade inerente. Os trabalhos que compõem a presente obra, por disporem de uma pluralidade invejável de ideias, óticas e considerações, expõem esta dificuldade enfrentada pelo Direito, de contrafaticamente tentar estabilizar as relações sociais.

Visando promover um recorte sobre esta função regulatória do Direito, que possibilite análises complexas e interdisciplinares enquanto mantém um fio condutor básico, a presente obra da Atena Editora se volta, essencialmente, aos direitos cujas bases são as relações sociais, quais sejam, os de 1ª e 2ª dimensão, mas sem os confinar a seções específicas, delimitadas por categorias teóricas reducionistas. Deste modo, a divisão dos artigos ora apresentados é a mais simples possível – alfabética

–, buscando não restringir o diálogo interdisciplinar promovido a partir das ciências jurídicas. Assim, esperamos que a presente obra, diante da reciprocidade infinita e constante entre Direito e sociedade, tenha o condão de promover ao leitor reflexões sobre a realidade que o cerca, trazendo-lhe novas e instigantes perspectivas socio-jurídicas.

Pedro Fauth Manhães Miranda

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A (I)LICITUDE DA PROVA OBTIDA POR MEIO DE CONDUÇÃO COERCITIVA NÃO PREVISTA PELO ORDENAMENTO JURÍDICO	
Paulo Thiago Fernandes Dias Sara Alacoque Guerra Zaghout Tiago Lorenzini Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.5881919121	
CAPÍTULO 2	12
A (IM)POSSÍVEL DISCUSSÃO DO DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL EM TEMPOS DE MODERNIDADE TARDIA	
Tiago Lorenzini Cunha Paulo Thiago Fernandes Dias Sara Alacoque Guerra Zaghout	
DOI 10.22533/at.ed.5881919122	
CAPÍTULO 3	23
A AFETIVIDADE COMO PRINCÍPIO NO DIREITO DE FAMÍLIA	
Guilherme Augusto Giroto	
DOI 10.22533/at.ed.5881919123	
CAPÍTULO 4	36
A BUSCA DA VERDADE NO PROCESSO PENAL	
Muriel Amaral Jacob Sander Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.5881919124	
CAPÍTULO 5	56
A COOPERAÇÃO PENAL INTERNACIONAL ENTRE BRASIL E URUGUAI EM PROCESSO EXTRADITÓRIO	
Monique Vigil Klüsener Tais do Couto de Oliveira Valquiria de Castro Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.5881919125	
CAPÍTULO 6	68
A EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
Murilo Pinheiro Diniz Stephanie Visintin de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5881919126	
CAPÍTULO 7	80
A FIGURA DO NARCOTRAFICANTE LATINO-AMERICANO SOB A LENTE DA CRIMINOLOGIA CULTURAL	
Aline Pires de Souza Machado de Castilhos Andrey Henrique Andreolla Bárbara Zaffari Cavedon	

Ivan Pareta de Oliveira Júnior

DOI 10.22533/at.ed.5881919127

CAPÍTULO 8 91

A INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 28 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

Helvécio Damis de Oliveira Cunha

Jaqueline Oliveira da Silva Damis Cunha

DOI 10.22533/at.ed.5881919128

CAPÍTULO 9 109

A MEDIAÇÃO E O PROCESSO CIVIL CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE APLICADA À NOVA DIALÉTICA PROCESSUAL

Cristiny Mroczkoski Rocha

Juliano Alves Lopes

DOI 10.22533/at.ed.5881919129

CAPÍTULO 10 121

A UTILIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS DISPOSTOS NA INTERNET: SOBRE O DIREITO À PRIVACIDADE EM UMA SOCIEDADE TECNOLÓGICA

Paula Maria Oliveira de Macedo

Pedro Fauth Manhães Miranda

DOI 10.22533/at.ed.58819191210

CAPÍTULO 11 128

ABANDONO AFETIVO: SUAS CONSEQUÊNCIAS IRREVERSÍVEIS BEM COMO A APLICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Leyde Renê Nogueira Chaves

Raquel Adriana Machado de Brito Araújo

DOI 10.22533/at.ed.58819191211

CAPÍTULO 12 138

ANÁLISE DO PROJETO DE LEI Nº 6.583/2013 FRENTE ÀS NOVAS MODALIDADES DE FAMÍLIA

Beatriz Tavares Fernandes dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.58819191212

CAPÍTULO 13 151

CLASSE HOSPITALAR: A HISTÓRIA E AS LEIS QUE A CERCAM

Verena Maria Vechin

Vivian de Abreu

DOI 10.22533/at.ed.58819191213

CAPÍTULO 14 160

COLABORAÇÃO PREMIADA COMO INSTRUMENTO UTILIZADO PELO DIREITO PENAL BRASILEIRO NA OPERAÇÃO LAVA JATO: MEIO DE OBTENÇÃO DE PROVA E INFORMAÇÕES RELEVANTES NAS INVESTIGAÇÕES

Maria Aparecida Vasco Cela

Luiz Antônio Fabro de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.58819191214

CAPÍTULO 15	167
CRIANÇAS (IN)VISÍVEIS: O ESTATUTO DA ADOÇÃO	
Maria Lidia Amoroso Anastacio da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.58819191215	
CAPÍTULO 16	177
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA MERAMENTE DECLARATÓRIA: SISTEMÁTICA PELO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	
Thiele Milena Kubaski	
DOI 10.22533/at.ed.58819191216	
CAPÍTULO 17	183
DA APLICAÇÃO DA TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA E O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA SOB A ÓTICA DA OPERAÇÃO LAVA JATO	
Eid Badr	
Edmara de Abreu Leão	
DOI 10.22533/at.ed.58819191217	
CAPÍTULO 18	197
DA PROTEÇÃO JURÍDICA CONFERIDA AOS ARRANJOS FAMILIARES NÃO TUTELADOS PELA LEGISLAÇÃO	
Beatriz Tavares Fernandes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.58819191218	
CAPÍTULO 19	210
DIREITO E A CATEGORIZAÇÃO SEXUAL: UMA ANÁLISE SOCIO-JURÍDICA SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UM DIREITO NOVO	
Thiago Augusto Galeão de Azevedo	
Douglas Santos Mezacasa	
DOI 10.22533/at.ed.58819191219	
CAPÍTULO 20	223
DIVULGAÇÃO NÃO CONSENSUAL DE IMAGENS: UMA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E SUA (IN)EFICÁCIA NA PROTEÇÃO DA MULHER	
Liziane da Silva Rodríguez	
Gabriela Ferreira Dutra	
Luiz Henrique Taschetto de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.58819191220	
CAPÍTULO 21	234
ENCARCERAMENTO FEMININO POR TRÁFICO DE DROGAS: MOTIVAÇÕES E DESDOBRAMENTOS	
Nathália Blockwitz Vasone	
Isael José Santana	
DOI 10.22533/at.ed.58819191221	

CAPÍTULO 22	247
ESTATUTO DA CIDADE: PRESERVANDO PATRIMÔNIOS	
Talissa Maldaner Janaína Rigo Santin	
DOI 10.22533/at.ed.58819191222	
CAPÍTULO 23	255
GARANTIAS CONSTITUCIONAIS NA PRODUÇÃO PROBATÓRIA: A CADEIA DE CUSTÓDIA E OS MEIOS OCULTOS DE PROVA	
Aline Pires de Souza Machado de Castilhos Andrey Henrique Andreolla Ivan Pareta de Oliveira Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.58819191223	
CAPÍTULO 24	263
O MITO E O MONSTRO: UMA ANÁLISE DO ESPETÁCULO DA CONDENÇÃO NA OBRA “OS IRMÃOS KARAMÁZOV” DE DOSTOIÉVSKI	
Leticia Peters Rossato Pedro Fauth Manhães Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.58819191224	
CAPÍTULO 25	271
O PROTAGONISMO DISCENTE NO ÂMBITO ACADÊMICO: AÇÕES EDUCATIVAS SOBRE SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO	
Carla Simone Leite de Almeida Adelmo Fernandes do Espirito Santo Neto Flaviane Mello Lazarini Iury de Almeida Accordi Joyce Mayumi Shimura Luciana Maria Mazon Thiago de Oliveira Garcia Simões Andréia Ambrósio-Accordi Alquenjar Rosentaski de Borba Camila Ariane Dutra David Willian Sperber Sell	
DOI 10.22533/at.ed.58819191225	
CAPÍTULO 26	283
OS ÍNDIOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE JURÍDICA DA CAPACIDADE CIVIL, DA IMPUTABILIDADE PENAL E DA PARTICIPAÇÃO DA FUNAI	
Eduardo Antônio Pires Munhoz Ângelo Aparecido de Souza Junior William Thiago de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.58819191226	
CAPÍTULO 27	302
POR QUE AS INSTITUIÇÕES IMPORTAM?	
Thiago Augusto de Oliveira Marinho Ferreira Carolina Galvão Peres Francisco Luis Bohns Ribeiro Iris Dias Gonçalves	

João Alves de Resende Junior
Luciano Silva Alves
Robson Silva Salustiano

DOI 10.22533/at.ed.58819191227

CAPÍTULO 28 311

PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA É LEGAL: UMA NOVA ABORDAGEM
POLÍTICA

Guilherme de Oliveira Trento
Caroline Lara Matias

DOI 10.22533/at.ed.58819191228

CAPÍTULO 29 320

PROTEÇÃO JURÍDICA AO MEIO AMBIENTE INTERFACE COM OS DIREITOS
HUMANOS

Daniel de Oliveira Perdigão

DOI 10.22533/at.ed.58819191229

CAPÍTULO 30 325

PSICOLOGIA E PRÁTICA JURÍDICA: DESAFIOS DA IMPLANTAÇÃO

Ágda Bruna Alves da Silva Santos
Renato da Silva Matos
Alcir dos Santos Rocha
Priscila Lins Drummond

DOI 10.22533/at.ed.58819191230

CAPÍTULO 31 343

PUBLICIDADE, EMPODERAMENTO FEMININO E O REPOSICIONAMENTO DA
CERVEJA ITAIPAVA

Larissa Rayane Coêlho Costa Portela
Maria Aparecida Ramos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.58819191231

CAPÍTULO 32 357

RELAÇÕES DE GÊNERO E PREVIDÊNCIA SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE A
CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS COMO MEIO DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS

Douglas Santos Mezacasa
Thiago Augusto Galeão de Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.58819191232

CAPÍTULO 33 369

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS: DIREITOS HUMANOS COMO
CONQUISTA HISTÓRICA E A CRISE DE REFUGIADOS NA ATUALIDADE

Luciana Ramires Fernandes Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.58819191233

CAPÍTULO 34	381
TRANSCONSTITUCIONALISMO: UMA REFLEXÃO SOBRE A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS / DIREITOS HUMANOS <i>Rubens Mário dos Santos Franken</i>	
DOI 10.22533/at.ed.58819191234	
CAPÍTULO 35	392
UMA JURISDIÇÃO PARTICIPATIVA: MEDIAÇÃO <i>Carina Deolinda da Silva Lopes</i> <i>Franceli B. Grigoletto Papalia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.58819191235	
CAPÍTULO 36	404
UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO: SOBERANIA CONDICIONADA DOS ESTADOS- NAÇÃO, CORROSÃO DA DEMOCRACIA, EXAUSTÃO DOS SISTEMAS JURÍDICOS E ESVAZIAMENTO DE DIREITOS <i>Alex Maciel de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.58819191236	
SOBRE O ORGANIZADOR	417
ÍNDICE REMISSIVO	418

O PROTAGONISMO DISCENTE NO ÂMBITO ACADÊMICO: AÇÕES EDUCATIVAS SOBRE SEXUALIDADE E IDENTIDADE DE GÊNERO

Carla Simone Leite de Almeida

Instituto Federal de Santa Catarina, Docente da área de Saúde e Serviços Joinville - Santa Catarina

Adelmo Fernandes do Espirito Santo Neto

Instituto Federal de Santa Catarina, Docente da área de Saúde e Serviços Joinville - Santa Catarina

Flaviane Mello Lazarini

Instituto Federal de Santa Catarina, Docente da área de Saúde e Serviços Joinville - Santa Catarina

Iury de Almeida Accordi

Instituto Federal de Santa Catarina, Docente da área de Cultura Geral Joinville - Santa Catarina

Joyce Mayumi Shimura

Discente do Curso de Pedagogia, Universidade Estadual de Maringá Maringá-Paraná

Luciana Maria Mazon

Instituto Federal de Santa Catarina, Docente da área de Saúde e Serviços Joinville - Santa Catarina

Thiago de Oliveira Garcia Simões

Instituto Federal de Santa Catarina, Docente da área de Cultura Geral Joinville - Santa Catarina

Andréia Ambrósio-Accordi

Instituto Federal de Santa Catarina, Egressa da Especialização em Interdisciplinaridade e Prática Pedagógica na Educação Básica Caçador - Santa Catarina.

Alquenjar Rosentaski de Borba

Instituto Federal de Santa Catarina, Egresso do curso Técnico em Enfermagem Joinville - Santa Catarina

Camila Ariane Dutra

Instituto Federal de Santa Catarina, Egresso do curso Técnico em Enfermagem Joinville - Santa Catarina

David Willian Sperber Sell

Instituto Federal de Santa Catarina, Egresso do curso Técnico em Enfermagem Joinville - Santa Catarina

* Projeto executado com recursos do Edital PROEX/PROPI 01, da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), Pesquisa (PROPI) e do Departamento de Ensino Pesquisa e Extensão (DEPE) do Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Joinville, Santa Catarina.

RESUMO: O presente artigo apresenta discussões sobre um projeto de extensão realizado por meio de um projeto integrador do curso técnico subsequente em Enfermagem, de forma interdisciplinar com as unidades curriculares de Arte, Biologia, Filosofia e Inglês dos cursos técnicos integrados do Instituto Federal de Santa Catarina, campus Joinville. Foi realizada uma ação de extensão na modalidade minievento, 1ª Jornada de Direitos Humanos e Sociedade: Diversidade de Gênero e Sexualidade, em 11 de setembro de 2018, nos períodos matutino e vespertino, totalizando oito horas. Notou-se uma baixa adesão da

comunidade acadêmica (31,5%) na participação do evento, bem como resistência de alguns segmentos com a temática no ambiente escolar. Em contrapartida, observou-se que os participantes se envolveram com as atividades propostas e demonstraram interesse no minievento. Conclui-se que atitudes preconceituosas podem mostrar-se frequentes em diversos espaços sociais, inclusive o acadêmico, e que estratégias devem ser pensadas em vários âmbitos para que possa ser iniciada uma discussão sobre direitos humanos, diversidade de gênero e sexualidade com discentes, funcionários e docentes. Objetiva-se, com isso, promover a conscientização acerca da aceitação e entendimento sobre o tema, buscando desmistificar e desconstruir preconceitos e tabus.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento sexual. Identidade de gênero. Minorias sexuais e de gênero

STUDENT PROTAGONISM IN THE ACADEMIC SCOPE: EDUCATIONAL ACTIONS ON SEXUALITY AND GENDER IDENTITY

ABSTRACT: This article presents discussions on an extension project carried out through an integrative project of the subsequent technical course in Nursing, in an interdisciplinary work with the curricular units of Art, Biology, Philosophy and English of integrated high-school technical courses at the Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Joinville. An extension action was carried out as a minievent, 1st Academic Conference on Human Rights and Society: Gender Diversity and Sexuality, held on September 11, 2018, in the morning and afternoon, totaling eight hours. There was low participation of the academic community (31.5%), as well as resistance from some sectors about discussing the theme in a school setting. In contrast, it was observed that the participants were engaged in the proposed activities and showed interest in the minievent. It could be concluded that prejudiced attitudes can be frequent in various social spaces, including academic environments, and that strategies must be thought in various areas so that a discussion on human rights, gender diversity and sexuality with students, technical staff, teachers and professors can be initiated. Thus, the objective is to promote awareness about the acceptance and understanding of the theme, seeking to demystify and deconstruct prejudice and taboos.

KEYWORDS: Sexual behavior. Gender identity. Sexual and gender minorities

1 | INTRODUÇÃO

O fato da homossexualidade ter sido considerada por muito tempo como transtorno mental pela Classificação Internacional de Doenças – CID 10 (F65), dos homossexuais serem caracterizadas como sujeitos pela sociedade e dos homens homossexuais serem na década de 90 culpabilizados pela disseminação do Vírus da Imunodeficiência Humana (OLIVEIRA; GAIGUER, 2014), gerou a criação e propagação de ideias negativas relacionadas à população LGBT no Brasil (NOGUEIRA

et al, 2010).

Mesmo com a despatologização da homossexualidade em 1990 e a incorporação de inúmeras legislações, políticas e movimentos voltados a sexualidade e identidade de gênero, ainda são comuns episódios de humilhação e desrespeito no cotidiano da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexuais (LGBTI+). Nesse sentido, muitos desses indivíduos são impedidos de viverem sua liberdade como sujeitos sexualizados (OLIVEIRA; GAIGUER, 2014).

É necessário compreender a definição de orientação sexual e de identidade de gênero, para então entender os respectivos segmentos da sexualidade. Segundo Paiva (2008), o termo orientação direciona-se para um sentido, enquanto que sexualidade é algo mais instintivo, carnal e venéreo. Ao se associar esses dois termos, tem-se então a orientação sexual, que é compreendida como a via de interesse do ser humano buscar prazer e atração. O termo identidade de gênero refere-se à identificação social, isto é, como um indivíduo compreende a si mesmo e se mostra para a sociedade (JESUS, 2012).

A sigla LGBTI+ se associa aos termos identidade de gênero e orientação sexual. As práticas homoeróticas são representadas pelas letras L e G e são compreendidas como realizadas por indivíduos que sentem atração afetiva e sexual por outros indivíduos do mesmo gênero. A bissexualidade, letra B, remete ao sujeito que sente atração afetiva e sexual por pessoas do gênero masculino e feminino. Na letra T entram as discussões direcionadas às identidades de gênero, compreendida como uma prática social e não somente biológica. Desta maneira, leva-se em consideração a autopercepção e a forma como o indivíduo se expressa socialmente para compreender o gênero que ele/ela quer expressar. Aos indivíduos que se identificam com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento, atrelado ao órgão genital, denomina-se cisgênero, ou cis e aos que não se identificam como transgêneros, ou pessoas trans (JESUS, 2012; TORRES, 2013). É importante ressaltar que há uma pluralidade de outras identidades de gênero e expressão de sexualidade, como travestis, queer, assexuados, pessoas que se compreendem como não-binárias etc.

Nesse contexto, pessoas LGBTI+ fazem parte de um grupo minoritário pela representatividade que possuem nas mídias e políticas públicas. Por essa razão, estão sujeitos a maior vulnerabilidade para ataques e discursos de ódio, o que culminou no termo LGBTfobia (CARDIN, MARTINS, RISSATO, 2019), demonstrando o ódio às expressões e práticas homoeróticas, bem como, a pessoas trans ou aqueles e aquelas que não se encaixam em padrões dicotômicos de gênero (homem e mulher, por exemplo).

Um relatório emitido pelo Ministério dos Direitos Humanos em 2016 apontou um panorama de violência LGBTfóbica sistemática no país, sendo apresentado em 2016 o registro de 2.964 violações de direitos humanos de caráter LGBTfóbico (BRASIL, 2018). No Brasil, há relatos de pessoas LGBTI+ denunciando preconceito, agressões físicas e psicológicas em seus ambientes familiares, de trabalho e social (MUNIZ;

SILVA, 2007). Isso, no entanto, não é algo exclusivo da sociedade brasileira; um estudo desenvolvido por Brasil (2006) apontou que nos Estados Unidos da América 62,5% dos adolescentes que tentam suicídio fazem parte da comunidade LGBT+, enquanto que na França, onde a maior causa de mortes é o suicídio, um cidadão homossexual tem 13 vezes mais chances de cometê-lo.

Diante deste panorama, é primordial o desenvolvimento de ações que busquem desenvolver práticas antidiscriminatórias e mais tolerantes em relação a pessoas LGBTI+. Para tanto, torna-se fundamental adotar medidas educacionais, garantir a participação política, promover serviços de saúde, bem como, oferecer segurança a pessoas que estão inseridas nessa diversidade (BRASIL, 2018).

Por esses motivos, o objetivo deste projeto foi abordar os vários aspectos da sexualidade e identidade de gênero, voltados à comunidade de LGBTI+ dentro do ambiente acadêmico do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC, Câmpus Joinville, por meio da realização de ações de intervenção por discentes, no qual encorajasse a discussão de questões relacionadas a gênero e sexualidade, assim como, participar e incentivar o processo de conscientização na comunidade acadêmica.

2 | METODOLOGIA

O Projeto Integrador (PI) caracteriza-se como um momento contextualizado e científico de ensino aos estudantes do curso Técnico em Enfermagem do IFSC. O seu desenvolvimento propicia aos discentes a conquista de competências, conhecimentos, atitudes e habilidades junto aos diversos segmentos da sociedade, com enfoque na Metodologia Científica da pesquisa e extensão, por meio de ações de investigação, assistência, educação e demais ações em saúde, com planejamento e desenvolvimento de atividades integradas ao âmbito da sua futura atuação profissional junto à comunidade (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM DO IFSC, 2017).

A ação de educação em saúde consiste em um recurso para disseminar o conhecimento científico, de modo que o mesmo seja inserido no cotidiano das pessoas (ALVES, 2005). A intervenção é uma das distintas maneiras de se aplicar a educação em saúde e define-se como “uma abordagem pontual na qual o pesquisador toma uma prática existente de algum outro lugar e a implementa em sua própria esfera de prática para realizar uma melhora” (TRIPP, 2005 p.457).

Nesse contexto, a realização do Projeto Integrador de três alunos do Curso Técnico em Enfermagem do IFSC, câmpus Joinville, ocorreu por meio da execução de uma ação de intervenção desenvolvida através do evento “1ª Jornada de Direitos Humanos e Sociedade: Diversidade de Gênero e Sexualidade” com interdisciplinaridade com as Unidades Curriculares de Arte, Biologia, Filosofia e Inglês dos cursos do Ensino

Técnico Integrado em Eletroeletrônica e Mecânica do IFSC – Câmpus Joinville.

O evento teve como público 621 discentes dos Cursos técnicos Integrados (Mecânica e Eletroeletrônica) e subsequente (técnico em enfermagem), dos períodos matutino e vespertino do IFSC Câmpus Joinville, 94 docentes, 61 técnicos administrativos e comunidade externa.

O planejamento do evento contou com o envolvimento e apoio direto do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE), do grupo LGBTI+ Subversivamente e da companhia de Dança – DBROTHERS do IFSC Joinville. O evento recebeu auxílio financeiro do edital PROEX/PROPI 01.

Como o câmpus Joinville do IFSC não conta com um auditório com capacidade de comportar o público do evento (aproximadamente 900 pessoas), foi necessário a elaboração de quinze atividades distintas, para que ocorressem simultaneamente no dia do evento, no período das 8:00h às 17:40h, nas dependências das salas de aulas dos blocos 5, 6, do auditório e ginásio do câmpus Joinville, conforme quadro 1.

Atividades	Temas	Palestrantes Mediadores	Turno	Local	Opções de programação
Abertura	Apresentação cultural de dança	Grupo Dbrothers	manhã tarde	ginásio	Todas
Mesas redondas	Identidade e diversidade	Rodrigo P. Casteleira Thiago O. G. Simões	manhã	auditório	M1, M2, M3
	Currículo e diversidade	Rafael Schultz Adelmo F. E. Santo Neto	tarde	auditório	T1, T2, T3
	Conceito de pós-identidade e contemporaneidade	Rodrigo P. Casteleira Thiago O. G. Simões	manhã	auditório bloco 2	M5, M6, M8
Palestras	“IST! o que isso tem a ver com você?”	Luciana Maria Mazon Flaviane M. Lazarini	tarde	auditório bloco 2	T1, T2, T3
	A identidade de gênero e as ações de saúde	Adelmo F. E. Santo Neto	tarde	sala 523 bloco 5	T8, T9
Dinâmicas	Museu da empatia	Alunos do 6ª módulo do curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica	manhã tarde	sala 621 bloco 6	M6, M8, M5, M1, M2, M7, M3, T7, T6, T5, T2, T1, T4, T9, T8, T3
	Túnel do tempo	Alunos do 8ª módulo do Técnico Subsequente em Enfermagem	manhã tarde	sala 633 bloco 6	M5, M4, M7, T8, T7, T4
	Estética corporal	Jesse Cruz Andréia Ambrósio-Accordi Alunos Curso Técnico em Dança, da Escola Professor Germano Timm.	manhã tarde	sala 630 sala 631 sala 632 bloco 6 ginásio	M1, M2, T4, T6, T5
	Corpo e espaço				
	Diversidade no plural				
	Ocupação de direitos				
Rodas de conversa	Na trilha do arco-íris	Wellington da Silva Severino	manhã tarde	sala 622 bloco 6	M8, M3, T9, T6
Leitura dramática	Barrela	Alunos do 8ª módulo do Técnico Integrado em Eletroeletrônica	tarde	sala 522 bloco 5	T7

Cinedebate	Filme “hoje eu não quero voltar sozinho	Amanda Caroline dos Santos	manhã tarde	sala 623 bloco 6	M6, M7, M3, M4, T5, T7
Oficina de camisetas	Diversidade na arte	Nicole Kulik	manhã tarde	sala 522 bloco 5	M4, T8

Quadro 1 – Atividades realizadas na 1ª Jornada de Direitos Humanos e Sociedade: diversidade de gênero e sexualidade no dia 11 de setembro de 2018

FONTE: Autoria própria

As 15 atividades, apresentadas no quadro 1, foram agrupadas em 17 opções de programação, sendo 8 matutinas (M1 a M8) e 9 vespertinas (T1 a T9). Deste modo, no momento da inscrição o participante poderia escolher em quais atividades gostaria de participar. A inscrição no evento foi realizada por meio um site gratuito elaborado por uma das alunas do Projeto Integrador. No site de inscrição, o participante poderia ter acesso aos dados da programação de cada uma das 17 opções, como local, horário, tipo de atividade e palestrante/mediador. A única restrição dizia respeito ao horário, pois só era possível se inscrever em uma única opção por turno.

Para divulgação do evento, foram inseridas nas mídias locais do IFSC Joinville mensagens e postagens sobre o evento (Facebook, site institucional, e-mail aos servidores), confecção de banners alocados nas entradas dos blocos do câmpus, criação de um QR code para a inscrição dos alunos e fixação de uma TV na cantina do câmpus, com projeção de uma apresentação contínua (duração de cinco minutos) mostrando dados sobre o evento das 7:30hs às 22:40hs, na semana anterior à data de início.

Para as aberturas do evento, realizada às 8:00hs e às 13:40hs, houve apresentações de dança do grupo Dbrothers do IFSC Joinville (figura 1) no ginásio de esportes. A apresentação foi aberta ao público e contou com a presença de alunos, servidores da instituição e membros da comunidade externa.



Figura 1 – Abertura da 1ª Jornada de Direitos Humanos e Sociedade: diversidade de gênero e sexualidade com a participação do grupo de Dança Dbrothers.

FONTE: Autoria própria

Após a abertura cada participante foi direcionado ao local de sua atividade conforme a programação a qual escolheu no momento de sua inscrição (conforme

quadro 1). As atividades possibilitaram aos estudantes, servidores e participantes externos, a aquisição de conhecimento, troca de ideias, debates e, principalmente, exercícios de empatia.

Das 15 atividades realizadas no evento, quatro foram mediadas pelos próprios alunos do IFSC de Joinville (museu da Empatia – Alunos do Curso Subsequente de Técnico em enfermagem; Leitura dramática e Museu da empatia – Alunos do curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica) e uma atividade foi realizada pelos estudantes da primeira turma do curso técnico em Dança, da Escola de Educação Básica Professor Germano Timm, permitindo a interdisciplinariedade dos seus alunos, cursos e instituições no evento, conforme figura 2 e figura 3.



Figura 2 - Atividades mediadas por estudantes do curso Técnico Integrado em Eletroeletrônica (IFSC Joinville) e do curso Técnico em Dança (EEB Professor Germano Timm)

FONTE: Autoria própria



Figura 3 – Dinâmica Túnel do Tempo mediada pelos alunos do curso técnico em Enfermagem

FONTE: <http://joinville.ifsc.edu.br>

Durante o evento, a avaliação da ação de intervenção aconteceu por meio

da análise dos registros realizados pelos alunos do Projeto Integrador no diário de campo. O diário de campo consiste em uma ferramenta para registro de observações, comentários e reflexões de uso individual do profissional para que seja possível fazer uma avaliação posterior, dia a dia, do processo da intervenção, conforme apontam Lima, Mioto e Dal Prá (2007).

Uma outra ferramenta utilizada para sensibilização e análise da ação de intervenção foi o espaço para fotos com placas e recados em mural organizado no hall do bloco 6. Foi possível, por meio dos feedback de recados, analisar as opiniões dos participantes sobre o evento, conforme figura 4.



Figura 4 - Espaço para sensibilização no bloco 6, com plaquinhas e mural de recados na 1ª Jornada de Direitos Humanos e Sociedade: diversidade de gênero e sexualidade, IFSC 2018.

FONTE: Autoria própria

Nesse sentido, a próxima seção apresenta os resultados da ação e delinea os objetivos que foram alcançados. É importante ressaltar que a avaliação da ação do evento já se configura como um dos resultados. A seguir, são apresentados resultados quanto à participação e feedback da comunidade acadêmica.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O público-alvo elencado para participar do evento foi de 900 pessoas (621 alunos, 94 docentes e 61 técnicos administrativos, além do público externo). Destes, 225 participaram das atividades do evento, gerando uma adesão de 31,5% do público

esperado, conforme quadro 2.

Público alvo	Público estimado	Participantes		Percentagem acumulada
		n	%	
Curso Integrado de Eletroeletrônica	263	72	27,4	27,4
Curso Integrado em Mecânica	258	26	10,1	37,5
Curso subsequente de Técnico em Enfermagem	100	46	46,0	83,5
Técnico Administrativo	61	2	3,3	86,8
Docentes	94	10	10,6	97,4
Público Externo	124	7	5,6	100
Intervencionistas	-	62	-	-
Total	900	225	31,5%	100%

Quadro 2 - Relação dos Participantes da 1ª Jornada de Direitos Humanos e Sociedade: diversidade de gênero e sexualidade

FONTE: Autoria própria

Notou-se pouca adesão do público-alvo nas atividades do evento; de modo geral, apenas 31,5% do público esperado compareceu às atividades. Os discentes do curso Técnico Subsequente em Enfermagem (46%) foram os que mais participaram do evento e os do curso Técnico Integrado em Mecânica (10,1%) os que menos participaram. Em relação aos servidores do IFSC houve uma adesão de 10,7% dos docentes e de 3,3% dos Técnicos Administrativos.

Segundo Silva et al (2014), cerca de 42% dos estudantes do sexo masculino do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Goiânia, Porto Alegre e Fortaleza não gostariam de ter colegas de classe homossexuais, enquanto que cerca de 37% dos pais desses estudantes em São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza não gostariam que seus filhos fossem colegas de homossexuais. Essas estatísticas mostram que o tema é rodeado de preconceitos e discriminação no Brasil, apesar da cidade de Joinville não estar contemplada na pesquisa de Silva, é possível presumir que os mesmos problemas apresentados pelo autor podem explicar a baixa adesão ao evento que foi realizado no campus.

Além disso, um estudo realizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso-Brasil), Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação a Ciência e a Cultura (OEI), e do Ministério da Educação apontou que cerca de 20% dos estudantes disseram que não queriam ter um colega na escola que fosse homossexual, travesti, transexual ou transgênero (BRASIL, 2015). Observa-se, portanto, que a homofobia e a transfobia nas escolas apresentam-se como problemas de saúde pública brasileiro, apontado em diversos estudos em diferentes regiões do País (JARDIM, 2015; ZAMPROGNO e GOMES, 2016; MENEZES et al, 2018).

Referente aos feedbacks dos participantes extraídos nos recados do mural e nas suas opiniões durante as participações nas atividades do evento (registrados no

diário de campo) foi possível observar opiniões divergentes: 1) alguns participantes disseram ser importante trazer o tema para a sala de aula; 2) outros que tal abordagem na escola é desnecessária; 3) reclamaram o fato da escola os direcionarem em um dia de aula para participarem desta atividade; 4) por fim, alguns perceberam o evento como um momento de desabafar e adquirir conhecimento.

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, estabelecida pela Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, definem os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio e explicita que tratar sobre questões como sexualidade, entre outras que extrapolam os muros da escola, devem compor o corpo de conteúdos abordados dentro das instituições de ensino e dos projetos pedagógicos dos cursos, que destacam o objetivo de “desenvolver competências e habilidades para que o aluno entenda a sociedade em que vive como uma construção humana, que se reconstrói constantemente ao longo de gerações” (BRASIL, 2000).

Essas diretrizes convergem com a agenda universal de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para Saúde e Bem e Estar (objetivo 3) e Redução das Desigualdades (objetivo 10) que estão dentro do Plano de Ação 2017–2019 estabelecidos pela Comissão Nacional para os ODS Plano de Ação 2017–2019 (BRASIL, 2017), para acompanhamento e monitoramento da Agenda 2030, estabelecida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (PNUD, 2019).

4 | CONCLUSÕES

O projeto de intervenção teve como objetivo disseminar o conhecimento acerca do tema em âmbito acadêmico e desmistificar alguns conceitos da sigla LGBTI+. Após a realização do evento, considera-se que esses objetivos foram alcançados por meio da organização da 1ª Jornada de Direitos Humanos e Sociedade, que foi realizada no dia 11 de setembro de 2018.

O projeto possibilitou iniciar uma proposta de a discussão sobre gênero e sexualidade no IFSC, câmpus Joinville, embora, durante a aplicação do projeto, pôde-se observar resistência à adesão e relutância da comunidade acadêmica em discutir o assunto, talvez porque muitos ainda possam considerá-lo um tabu. Tal relutância está inserida não só no ambiente acadêmico do IFSC, mas na comunidade acadêmica e a comunidade escolar (composta por funcionários, estudantes, responsáveis e moradores do bairro).

Por parte de alguns docentes, foi observado um certo aborrecimento causado pela obrigatoriedade do evento, já que a intervenção aconteceu em um dia letivo. No entanto, grande parte dos participantes relataram satisfação em relação às diferentes abordagens realizadas durante a intervenção.

Conclui-se que, mesmo não atendendo o público-alvo de 900 participantes, uma vez que adesão foi de 30,5% da demanda projetada anteriormente pelos

intervencionistas, a ação foi válida e fomentou discussões bastante pertinentes no âmbito acadêmico do IFSC, campus Joinville, possibilitando a inserção de novos temas relevantes para a comunidade acadêmica e escolar.

Sugere-se, a partir dos resultados apresentados, que seja realizada a inserção de outros temas considerados tabu pela sociedade no meio acadêmico. Desta forma, espera-se que discentes, docentes e a funcionários da área técnica possam empreender debates sobre esses temas, a fim de promover a desconstrução de preconceitos e ampliar as experiências acadêmicas dos participantes. Conclui-se reforçando que a boa formação escolar vai muito além do sucesso nas avaliações teóricas, técnicas e de um currículo impecável. O papel da escola é preparar os estudantes para serem cidadãos críticos, conscientes e participativos, capazes de refletir e fazer escolhas que respeitem os princípios éticos profissionais e os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ALVES, V. S. **Um modelo de educação em saúde para o Programa Saúde da Família**: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial. Interface-Comunicação, saúde, educação, v. 9, p. 39-52, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/icse/v9n16/v9n16a04.pdf>. Acesso em: 17 de março de 2018.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais - PCN**: Ensino Médio: bases legais. MEC/SEMT, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>. Acesso em: 12 de dezembro de 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e Aids. **Diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006.

_____. Ministério da Educação. Abramovay, Miriam. Coord. **Juventudes na escola, sentidos e buscas**: Por que frequentam? / Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro, Júlio Jacobo Waiselfisz. Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015. Disponível em: http://flacso.org.br/files/2015/11/LIVROWEB_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf

_____. Secretaria de Governo da Presidência da República do Brasil. **COMISSÃO NACIONAL PARA OS ODS PLANO DE AÇÃO 2017–2019**. Brasília- DF, 2017. Acesso: <http://www4.planalto.gov.br/ods/noticias/comissao-nacional-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-lanca-plano-de-acao/plano-de-acao>

_____. **Violência LGBTfóbicas no Brasil**: dados da violência. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 79 p.

CARDIN, VSG; MARTINS, IG; RISSATO, GM. **Do discurso do ódio contra a liberdade sexual de pessoas LGBT**. Revista Pensamento Jurídico – São Paulo, v.13, n.1, 2019.

JARDIM, A. M.. **O trabalho preventivo nas escolas contra o preconceito e discriminação dos transexuais**. Pós graduação em Sociologia. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/11667>

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília,

2012. Disponível em: https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf. Acesso em 14 de outubro de 2017.

LIMA, T. C.S.; MIOTO, R.C.T.; DAL PRÁ, K.R. **A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais**: algumas considerações acerca do diário de campo. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1048>. Acesso em 15 de março de 2018.

MENEZES, M. S. de et al. **Homofobia na escola**: desafios e enfrentamentos. Conferência Internacional de Estudos Queer, CONQUEER, Aracajú, 2018. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conqueer/trabalhos/TRABALHO_EV106_MD1_SA2_ID186_04032018134006.pdf

MUNIZ, A. D.; SILVA, D. R.. **Sexualidade e gênero**. SERVI projetos e cursos. 2007. Disponível em: http://www.servi.adm.br/arquivo/servi_20090930_162804.pdf. Acesso em: 18 de outubro de 2017.

NOGUEIRA, C. et al. **Estudo Sobre a Discriminação em Função da Orientação Sexual e da Identidade de Gênero**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. 2ª edição. 2010. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/64341/2/16034.pdf>. Acesso em: 16 de outubro de 2017.

OLIVEIRA, S. N.; GAIGUER, G. A. **Psicanálise e Direitos Humanos**: o Estatuto do Ódio e o Sujeito LGBT. Revista Filos. V. 26, N. 38, 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/view/649>. Acesso em: 19 de junho de 2018.

PAIVA, V. **A Psicologia Redescobrirá a Sexualidade?** Psicologia em Estudo, v. 13, n. 4, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722008000400002&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em 10 de outubro de 2017.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. Brasil, 2019. Link: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM ENFERMAGEM DO IFSC, 2017. Disponível em: http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/JOINVILLE_TECNICO_ENFERMAGEM_PPC_1396.pdf. Acesso em 27 de fevereiro de 2019.

SILVA, L. V. da. et al. **Suicídio Ou Assassinato?** Um Outro Crime Por Trás Da Prática Homofóbica. Revista Gênero & Direito, v. 3, n. 2, 2014.

TORRES, M. A. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. 2 ed. Belo Horizonte: Autentica Editora: UFOP, 2013.

TRIPP, D. **Pesquisa-ação**: uma introdução metodológica. Educação e pesquisa, v. 31, n. 3, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3>. Acesso em: 15 de março de 2018.

ZAMPROGNO, D. B. A.; GOMES, M. R. L. **Homofobia e transfobia no cotidiano escolar**: uma análise do plano estadual de educação do espírito santo. ESPAÇO DO CURRÍCULO, v.9, n.1, p. 18-23, Janeiro a Abril de 2016.

SOBRE O ORGANIZADOR

Pedro Fauth Manhães Miranda - Doutorando em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR, 2019-). Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG, 2012-2014). Bacharel em Direito, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL, 2003-2007), e em Ciência Política, pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER, 2015-2018). Graduando em Licenciatura em Sociologia, pela Universidade Paulista (UNIP, 2018-). Professor de Direito, Sociologia e disciplinas afins, atualmente nas instituições Sociedade Educativa e Cultural Amélia (SECAL) e Instituto de Filosofia e Teologia Mater Ecclesiae (IFITEME). Advogado inscrito na OAB/PR, sob o nº 48.361. Possui interesse na pesquisa dos seguintes temas: democracia, direitos humanos, estado democrático de direito, participação social e efetivação de políticas públicas, sempre por meio da interdisciplinaridade entre as Ciências Sociais e a Jurídica. Pode ser contatado pelo seguinte e-mail: pedromiranda.adv@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono afetivo 31, 32, 33, 128, 129, 133, 134, 135, 136

Adoção 12, 14, 24, 29, 46, 48, 131, 132, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 188, 204, 206, 207, 226, 228, 359, 363, 364, 404, 405, 415

Afeto 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 113, 115, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 142, 207, 228, 239, 358, 360

Arguição de descumprimento de preceito fundamental 1, 202

Autoritarismo 1, 5, 7, 8, 10, 11, 53, 268

C

Condução coercitiva 1, 2, 3, 4, 5, 9, 10

Constitucionalismo 22, 203, 381, 382, 383, 385, 386, 388, 390

Criminologia 12, 13, 15, 19, 20, 21, 80, 81, 84, 86, 87, 88, 89, 231, 244, 245, 246

Cumprimento de sentença 101, 177, 178, 179, 180, 181

D

Democracia 10, 13, 17, 110, 111, 118, 233, 268, 305, 306, 307, 310, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 321, 367, 368, 390, 397, 401, 404, 406, 410, 414, 416, 417

Direitos fundamentais 3, 8, 9, 16, 37, 93, 94, 105, 107, 121, 122, 123, 127, 133, 148, 150, 155, 162, 165, 203, 228, 229, 231, 256, 257, 261, 264, 268, 320, 322, 325, 357, 370, 371, 374, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 387, 388, 390, 391, 402, 405

Direitos humanos 3, 57, 60, 67, 68, 72, 73, 78, 93, 104, 105, 106, 122, 128, 132, 189, 228, 231, 233, 256, 257, 271, 272, 273, 274, 276, 278, 279, 280, 281, 282, 285, 301, 320, 322, 323, 324, 328, 341, 343, 357, 361, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 385, 388, 389, 390, 397, 402, 417

Drogas 61, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 192, 193, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 252

E

Educação 31, 33, 91, 94, 95, 107, 120, 135, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 168, 172, 254, 271, 274, 277, 279, 280, 281, 282, 287, 300, 311, 318, 319, 320, 344, 361, 376, 384, 399, 408

Eficácia 14, 68, 69, 74, 75, 77, 78, 113, 122, 123, 165, 179, 180, 181, 223, 224, 230, 306, 369, 375, 379, 384, 391, 393, 400

Empoderamento 74, 244, 245, 246, 343, 347, 359

Encarceramento 8, 87, 234, 235, 236, 241, 243

Estado democrático de direito 4, 27, 44, 53, 99, 109, 110, 111, 117, 256, 261, 269, 358, 381, 383, 387, 417

Estatuto da criança e do adolescente 151, 153, 155, 158, 167, 170, 176

Execução penal 91, 92, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 107, 108, 301

Extradicação 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 83

F

Família 14, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 59, 94, 95, 96, 100, 110, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 155, 156, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 236, 237, 241, 264, 265, 281, 318, 331, 332, 333, 335, 336, 337, 358, 359, 360, 367, 368, 376, 378, 384, 403, 410

G

Gênero 72, 75, 203, 206, 215, 217, 218, 221, 222, 223, 225, 230, 233, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 278, 279, 280, 281, 282, 343, 344, 354, 355, 357, 358, 360, 362, 364, 365, 366, 367, 368, 398

I

Imputabilidade 283, 296, 297, 298, 299
Inconstitucionalidade 5, 44, 91, 92, 95, 97, 98, 104, 138, 143, 144, 146, 147, 149, 181, 202, 209
Infância 94, 171, 172, 240, 311, 333, 361, 363
Interdisciplinaridade 271, 274, 334, 417
Internet 2, 7, 14, 58, 116, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 224

J

Jurisdição 47, 49, 61, 77, 100, 110, 111, 112, 113, 114, 118, 119, 386, 390, 392, 401, 402, 403, 405, 412

L

Lava-jato 11, 165
Liberalismo 111, 385, 408

M

Maria da penha 68, 69, 74, 75, 78, 209, 227, 229, 230
Mediação 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 136, 313, 326, 331, 332, 334, 335, 336, 339, 341, 342, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403
Meio-ambiente 110
Mercosul 56, 57, 62, 63, 65, 66, 67, 387, 402
Modernidade 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 28, 85, 115, 124, 140, 141, 149, 197, 198, 209, 268, 370, 377, 401, 415, 416
Mulher 24, 27, 30, 34, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 92, 96, 107, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 138, 139, 140, 145, 146, 147, 148, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 217, 218, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 265, 266, 273, 316, 317, 343, 344, 348, 349, 351, 353, 354, 355, 358, 359, 363, 364, 365, 368, 410, 416

N

Nulidade 2, 9, 48, 259, 293

P

Personalidade 25, 26, 35, 130, 133, 134, 242, 266, 267, 288, 291, 311, 355

Política 5, 10, 11, 18, 22, 25, 60, 62, 72, 82, 83, 86, 88, 89, 111, 117, 118, 189, 212, 217, 219, 220, 222, 248, 249, 253, 254, 256, 264, 274, 285, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 315, 317, 318, 319, 321, 322, 324, 343, 371, 372, 377, 378, 380, 383, 385, 388, 390, 401, 403, 404, 405, 406, 414, 415, 416, 417

Presunção de inocência 2, 6, 9, 10, 44, 46, 183, 184, 189, 190, 192, 194, 195, 266

Prisão 8, 45, 62, 66, 82, 85, 97, 165, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 245, 362

Privacidade 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 256, 394

Processo civil 7, 9, 43, 44, 45, 101, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 226, 329

Processo penal 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 100, 103, 107, 195, 255, 256, 258, 260, 261, 262, 266, 268, 269

Psicologia 25, 156, 175, 246, 282, 325, 326, 327, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 338, 339, 340, 341, 342

Publicidade 114, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 351, 352, 354, 355

R

Refugiados 324, 369, 370, 375, 376, 377, 378, 379, 380

Relação de trabalho 105

Responsabilidade civil 31, 32, 33, 128, 129, 133, 134, 135, 136

T

Tráfico 61, 73, 74, 83, 85, 88, 192, 234, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246

V

Verdade real 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 256, 257, 259, 261, 394

Violência 3, 9, 18, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 84, 85, 87, 88, 108, 216, 217, 222, 223, 225, 227, 228, 229, 230, 233, 234, 240, 244, 245, 246, 261, 273, 281, 335, 336, 337, 338, 341, 359

